

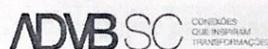
PROPOSTAS DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS REPRESENTATIVAS DOS SETORES ECONÔMICOS DE FLORIANÓPOLIS

- ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 -



ACATE

abrasel



1. DA APRESENTAÇÃO

A Associação Empresarial de Florianópolis – ACIF, a Associação Catarinense de Tecnologia – ACATE, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL/SC, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis – CDL, o Floripa Sustentável, a Associação Brasileira de Empresas de Eventos em Santa Catarina – ABEOC-SC, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Santa Catarina – ABIH/SC, a Associação Náutica Brasileira – ACATMAR, a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil em Santa Catarina – ADVB-SC, o Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis – COMDES, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC, o Movimento Floripa Amanhã, o Floripa Convention & Visitors Bureau, o Fórum de Turismo da Grande Florianópolis – FORTUR, a Federação dos Convention & Visitors Bureau de Santa Catarina, o Instituto dos Advogados de Santa Catarina – IASC, o Sindicato das Empresas de Informática da Grande Florianópolis – SEINFLO, o Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina – SENGE-SC, o Sindicato das Empresas de Contabilidade da Grande Florianópolis – SESCON-GF, o Sindicato Intermunicipal dos Estabelecimentos de Garagens, Estacionamento, Limpeza e Conservação de Veículos de Santa Catarina – SINDEPARK-SC, o Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina – SINDIMOVEIS-SC, e a Associação catarinense de Engenheiros – ACE, ao longo de suas histórias, têm participado ativamente no processo de desenvolvimento econômico e social de Florianópolis, contribuindo umbilicalmente para a materialização de inúmeras ações que muito contribuíram para o desenvolvimento do nosso município.

Todas, sempre pautadas sob a égide dos mais valorosos princípios da liberdade econômica, da legalidade, da ética, da transparência e do associativismo, como condições de primazia da organização social e do trato com a *res pública*.

Igualmente a outrora, a entidades signatárias desta proposta, manter-se-ão em seus laboriosos exercícios de controle social e de proposição de políticas coerentes com o que há de mais moderno e probo para gestão pública, dando o devido valor ao indivíduo como real gerador de riqueza, fazendo com que o Estado, por conseguinte, restrinja-se a um papel de animador da sociedade, reduzindo sua presença na vida das pessoas e a interferência que exerce sobre os seus destinos, fazendo com que o cidadão seja o protagonista.

2. DOS PRINCÍPIOS E VALORES

Nesse sentido, é oportuno reviver os princípios basilares que envolvem a atividade institucional das entidades signatárias diante do universo social, insculpidos na essência da sua constituição filosófica, moral, ética e econômica, pois o liberalismo, no sentido com que esta palavra foi empregada no século XIX, é uma doutrina política, não é uma teoria, e sim a aplicação das teorias desenvolvidas pela praxeologia, e especialmente pela economia, aos problemas suscitados pela ação humana na sociedade.

Contudo, é mister que o exercício desses valores e princípios se apresentem como norteadores de observação, ação e dos critérios avaliativos que, ora, pautamos para os



postulantes a cargos públicos. Estarem associados a estes princípios proporciona aos agentes políticos a construção de uma percepção social e econômica melhor do que as vãs teorias já provadas ineficazes.

Portanto, zelar pela **Primazia da Liberdade**, valorando o **indivíduo** como verdadeiro gerador de riqueza, considerando o **Império da Lei**, cujos impactos devem ser usados para a conduta dos agentes em detrimento a sua imperatividade ou a sua subordinação, pois o valor e respeito a **Propriedade** é fundamental para que o indivíduo detenha o controle sobre a mesma em todos os níveis de propriedade. Já o **Associativismo** e a **Cooperação social** se mostram os sinalagmáticos acordos pelo agrupamento civil voluntariamente, em detrimento a relação entre o indivíduo e o Estado; **Assim como no Livre Mercado**, o comércio, os negócios, devem ser deixados para as atividades voluntárias entre indivíduos, sem a excessiva regulação do Estado sobre os indivíduos e a economia.

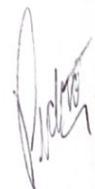
Exercitar a **Tolerância** como crença de não intervenção em coisas, as quais, desaprovamos, cultivando o sentimento de **Paz** e do **Estado Democrático e de Direito**, limitando esse a suficiência de suas competências constitucionais, sem aventuras espoliativas.

3. DOS AVANÇOS

Ao longo dos últimos quatro anos, atendendo ao compromisso construtivo de fazer com que as demandas oriundas do setor produtivo de Florianópolis fossem pautadas prioritariamente nas ações da administração pública, alguns avanços podem ser confirmados, servindo de parâmetros factuais para o que devemos visualizar para frente.

Algumas dessas diretrizes conquistadas e que estavam dispostas nas propostas apresentadas pela ACIF em 2016, são:

- Desenvolvimento Econômico Sustentável
 - (Re)criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
 - Desburocratização e agilização dos procedimentos para a criação e a manutenção das operações das empresas estabelecidas em Florianópolis
 - Encaminhamento do Projeto de Lei para regulamentar as PPP's
 - Encaminhamento do Projeto de Lei para fomentar a inovação tecnológica, incluindo a criação do Fundo Municipal
 - Manutenção e ampliação da Rede Municipal de Inovação
 - Valorização das empresas que atuam dentro da legalidade, combatendo toda e qualquer atuação irregular da atividade econômica



- Priorizar o desenvolvimento das atividades que fazem parte da vocação econômica de Florianópolis
 - Fomento ao Turismo, com o intuito de tornar Florianópolis, Capital Referência em Eventos
 - Transformação de Florianópolis na cidade referência em eventos relacionados à esporte, cultura e lazer.
 - Desburocratizar a obtenção de licenças e alvarás para a aprovação e realização de eventos de qualquer porte
- Gestão pública profissional, eficiente e transparente
 - Implantação de Estrutura para a Governança da Administração Pública Municipal
 - Conselho da Cidade dentro da Lei Orgânica Municipal. Plano Estratégico da Cidade, Plano Diretor do Município e Garantia da Segurança Pública
 - Melhorias no Sistema de Arrecadação e de Prestação de Contas do Município
 - Garantia da justiça dos tributos municipais, identificando e corrigindo distorções nas cobranças de tributos
 - Resolução dos problemas do atual sistema de emissão de Nota Fiscal Eletrônica
 - Reativação o Conselho Municipal dos Contribuintes
 - Melhoria no Portal da Transparência da Gestão Municipal
 - Implantação de Ações para Gestão mais Eficiente
 - Integração dos processos de trabalho em todas as secretarias e a criação de centrais de atendimento do cidadão
 - Promoção da ocupação dos cargos comissionados por profissionais com formação técnica e capacidade comprovada
 - Redução do número de secretarias e fundações municipais

Reputa-se que, mesmo com as conquistas e avanços nas pautas acima relacionadas, **é imperativo que as mesmas não retrocedam, pois, pelo contrário, devam servir de estímulos a continuidade e melhoria**, tornando sempre as políticas de estado uma ordem na qual suplanta as ineficazes políticas de governo, olhando o horizonte e a perenidade das boas práticas da administração pública. Logo, é imprescindível que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico seja ocupada por agente com capacidade técnica e reputação ilibada, indicado pelas entidades representativas do setor produtivo da capital.

4. DOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS

Monitorar periodicamente e, ao final de cada mandato, a conduta dos agentes públicos, seja no executivo ou no legislativo requer critérios básicos de boas práticas de gestão pública, em



anexo, o que nos permite o devido controle social e comparativo com o alinhamento estratégico.

Assim, monitoraremos, através das entidades signatárias, as ações de acordo com os seguintes critérios:

- a) Alinhamento aos Princípios e Pautas Liberais
- b) Defesa Efetiva das Pautas de Interesse do Setor Produtivo
- c) Atendimento e Recepção as entidades signatárias e seus Membros ou Representações
- d) Prestação de Contas Periodicamente
- e) Participação/Interação nos Grupos/Comitês/Conselhos das entidades signatárias
- f) Custo do Gabinete Executivo ou Parlamentar (Comparativo)
- g) Ações Propositivas para a Desburocratização
- h) Ações Propositivas para a Desestatização
- i) Ações Propositivas para Maximização da Segurança Jurídica
- j) Apoio ao Empreendedorismo e a Inovação

5. DA VISÃO 2030

Logo, a pertinência de um **Pacto por Floripa** é oportuno e estratégico, haja vista que nos debruçamos para construir uma cidade que retome seu desenvolvimento econômico e social, não apenas crescendo, como também de maneira sustentável. Juntos, **ACIF, ACATE e ABRASEL**, somaram esforços para que um apanhado de propostas, amplamente pesquisadas e debatidas pudessem constituir esse pacto, nos melhores exemplos de grandes cidades mundiais.

O **PACTO FLORIPA**, cujo documento está anexo a presente proposta, desenvolveu, unindo atores em diferentes segmentos da sociedade, a **visão** de que **Florianópolis será uma referência em turismo, tecnologia, economia criativa e saúde e bem viver, será um polo tecnológico e, será reconhecida como uma cidade inteligente, criativa e sustentável**, torna-se a tônica para endereçarmos todos os esforços públicos e privados em perseguição a esse olhar de futuro com a aplicação colaborativa no presente.

Assim, com a fidelidade no propósito de **Pulsar e Prosperar Floripa**, a ACIF apresenta seus planos e diretrizes com os quais estabelece seu compromisso para aqueles, a quem, a sociedade florianopolitana, haverá de constituir pelo exercício democrático da representação, como seus governantes. Agentes públicos que, seja no executivo, ou no legislativo municipal, escolhem fazer parte desse pacto como suas coordenadas de mandato.

Por fim, para o alcance da visão, o **Pacto Floripa** está orientado em quatro objetivos estratégicos que respondem o atual momento e suportam um processo de retomada e reconstrução:



1. Reduzir os impactos e consequências do COVID19 nos setores produtivos;
2. Orientar e Apoiar a cidade e região metropolitana de Florianópolis no seu desenvolvimento;
3. Aperfeiçoar as vocações de Florianópolis como turismo, tecnologia, saúde e educação como motores do desenvolvimento;
4. Recuperar e Fortalecer as empresas para serem mais competitivas.

É notório que o compromisso de colocar Florianópolis no mapa internacional perpassa todo o ecossistema produtivo, e tem uma forte vinculação com as ações e medidas que os agentes públicos designam em suas políticas, com um recorte fundamental de que o espaço para planos que contemplem apenas o período de mandato, não mais encontram lugar em face as políticas que se apresentam como estruturantes e com fundamento na visão de estado como um todo.

Cidades que se destacam no tema saúde e bem viver alteraram o olhar de “**cuidar do doente**” para “**cuidar das pessoas, empresas, comunidades e da cidade**”. Este é o conceito de saúde ampla em uma cidade saudável. **Florianópolis tem que melhorar nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.** Saúde e Bem-Estar (ODS 3), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Redução das desigualdades (ODS 10) e Vida na água (ODS 14) devem ser trabalhados fortemente.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios - IDMS, **Florianópolis deve atuar em atenção básica de saúde.** Destaque para os resultados em cobertura de vacina da população (52%), atendimento à população pelos agentes comunitários de saúde (46%) e atendimento por equipes de saúde bucal (38%).

De outro lado, **Florianópolis deve utilizar sua vocação tecnológica** para se tornar um HUB de Saúde e Bem Viver de referência internacional, utilizando-se do que há de mais rico em sua capacidade inovadora ao que há de melhor na conexão mundial. Pois, para mais de 37% dos gestores globais de empresas de tecnologia acreditam que **o centro mundial de inovação deixará de ser o Vale do Silício nos próximos 4 anos.**

Cidades referências internacionais em turismo estão baseando suas estratégias em **segurança, comunicação, tecnologia, turismo 4.0. e turismo criativo.** Florianópolis com a recente certificação pelo *World Travel & Tourism Council – WTTC*, como “Destino Seguro”, ascende no ranking de cidades preparadas para essa nova perspectiva global, e assim deve se manter.

Ao passo que avançamos de forma pactuada propositalmente em direção a um novo momento para nossa cidade, as oportunidades que se avizinham para nossas iniciativas são possíveis, imagináveis e sobretudo, realizáveis. Desde que tenhamos a plena convicção de que o pacto não é unilateral, mas sim uma construção da sociedade civil organizada e com a ação direta e colaborativa da municipalidade.

Nesse sentido, bem lecionou Ludwig von Mises, ao afirmar em sua obra Ação Humana, que a ação do homem é um comportamento propositado:

“Ação humana é comportamento propositado. Também podemos dizer: ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar alcançar fins e objetivos; é a significativa resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida. Estas paráfrases podem esclarecer a definição dada e prevenir possíveis equívocos. Mas a própria definição é adequada e não necessita de complemento ou comentário.”

5. DAS PROPOSTAS

Neste ponto, cabe ressaltar que todas as propostas abaixo relacionadas, mantiveram fidelidade aos eixos prioritários do **Pacto Floripa** e seguem os anseios dos setores representados, como premissas das políticas públicas futuras.

A seguir relacionamos algumas ações propositivas, destacadas pelos eixos econômicos principais:

5.1. GOVERNANÇA E GESTÃO

1. Implementar Programa de Desburocratização e Desestatização do município;
2. Implementar um Programa de Governança Corporativa e *Compliance* para a Administração Pública, associado a melhores práticas e modelos experimentados;
3. Ampliar a digitalização da administração pública e perseguir o título de “*Floripa Governo Digital*”;
4. Ampliar o Programa “*Floripa Mais Simples*” para outras áreas da administração pública;
5. Aproximar a gestão pública de organismos internacionais de apoio e fomento, como o Pacto Global;
6. Adotar um Plano de Reestruturação de carreira para os servidores municipais, baseado no princípio da meritocracia, com uma ampla reforma administrativa;
7. Produção legislativa racional, mitigando o custo da norma, seja na construção ou na sua aplicação, incluindo a revogação de normas ineficazes;
8. Colaboração para modernização da Prefeitura e seus Serviços Públicos com tecnologia avançada e maior segurança jurídica ao empreendedor;
9. Encaminhar Projeto de Lei tornando norma municipal a Resolução Normativa DIVS/SUV/SES nº3 de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da venda no sistema de Delivery;
10. Propor políticas públicas de desenvolvimento econômico com foco no Turismo, Tecnologia, Saúde e Bem Viver e Educação e suas transversalidades como cultura e gastronomia com visão ampliada para a Região Metropolitana;



11. Perseguir incessantemente a redução da carga tributária municipal através da eficiência da gestão pública;
12. Ampliar as ações de combate ao comércio ilegal, bem como as construções irregulares;
13. Manter e ampliar as políticas públicas de Segurança Pública, renovando e ampliando as parcerias com organismos de segurança estadual e federal;
14. Implementar a revisão do Plano Diretor de Florianópolis com vistas a modernizar o trato das políticas públicas de desenvolvimento e expansão urbana e modernização da norma;
15. Manter as funções de Secretário de Desenvolvimento Econômico e Superintendências subordinadas a este, pessoas com notável capacidade técnica e alinhadas com os respectivos segmentos do setor produtivo de Florianópolis, priorizando o diálogo e a parceria com as entidades signatárias.

5.2. TECNOLOGIA:

O setor tecnológico de Florianópolis representa atualmente a principal economia do município, sobretudo no que diz respeito a arrecadação de impostos municipais. Tem a capacidade de gerar empregos de alto valor e com salários acima da média, se comparados com outros setores.

Segundo dados do Tech Report 2020, estudo realizado pelo Observatório da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE) em parceria com a empresa Neoway, Florianópolis tem hoje a maior densidade de empresas de tecnologia por mil habitantes do país. A região metropolitana da Grande Florianópolis conta com quase 4 mil empresas e atingiu, em 2019, um faturamento de R\$ 9,9 bilhões. Mais de 27 mil profissionais atuam diretamente nas empresas de tecnologia da região, que conta com 7 mil empreendedores.

Logo, faz-se necessário o olhar mais concentrado nas ações verticais e transversais dessa categoria econômica.

1. Implementar ferramentas tecnológicas em prol do ambiente de negócios e competitividade das empresas;
2. Estruturar índice de saúde integral e ser referência em *"healthy place to live"*;
3. Aperfeiçoar e integrar os programas existentes de incentivo e apoio aos ecossistemas de startups e Arranjos Produtivos de Inovação;
4. Articular incentivos, revisão legislativa e tributária para facilitação de negócios;
5. Estruturar, implementar e/ou manter programas de fortalecimento do ambiente de negócios;
6. Melhorar a infraestrutura de telecomunicações de Florianópolis, adequando para a operação da tecnologia 5G e capilarizando para os bairros;
7. Manutenção da interlocução do setor de tecnologia com a administração pública municipal;
8. Posicionar Florianópolis como *"smart city"*, reforçando o acesso à internet e políticas de apoio a inovação;



9. Alocar no orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Fundo Municipal de Tecnologia e Inovação, com autonomia de alocação e execução integral do valor estipulado na lei municipal de inovação;
10. Compor o Comitê de Investimento por indicação das entidades empresariais, contemplando as empresas de tecnologia com dois membros;
11. Dedicar, pelo menos 50% do fundo, para atividades de qualificação e requalificação de mão de obra.

5.3. TURISMO E GASTRONOMIA

5.3.1 Propostas para o Turismo:

O Turismo é uma das matrizes econômicas estratégicas para Florianópolis, selecionado no PACTO FLORIPA para que tenha prioridade e um conjunto de ações coordenados em parceria pelas entidades representativas do setor que compõem o FORTUR.

Entre os destinos mais cobiçados no Brasil num cenário pós-pandemia, o litoral se destaca e Florianópolis lidera a preferência dos turistas nacionais. A capital catarinense foi eleita por 32% dos participantes de uma pesquisa, realizada no mês de junho, pela plataforma Hoteis.com e divulgada pelo Ministério do Turismo. Na sequência aparecem Fortaleza (29%), Recife (23%), Rio de Janeiro (22%) e Salvador (20%).

Assim, o pós pandêmico é extremamente relevante para a reafirmação e retomada do desenvolvimento econômico setorial.

- 1) Implantar um Selo ou Certificado de Segurança Epidemiológica para as empresas da cadeia do turismo;
- 2) Apoiar e agregar a Implementação dos Protocolos de Segurança Epidemiológica e do "Evento Teste de Capacitação";
- 3) Estruturar uma Campanha de Atração para Turistas Chave. Campanha "Floripa Preparada";
- 4) Estruturar um *data lake* do trade de turismo + Plano de Estado;
- 5) Melhorar a sinalização turística de Florianópolis, bem como a sua manutenção;
- 6) Assumir, através da Administração Pública Municipal, a gestão da orla visando mitigar a insegurança jurídica de implantação e manutenção de trapiches, decks, marinas e passarelas, com uma política e regramento para novas estruturas (inclusive para uso pela iniciativa privada);
- 7) Implementar o ordenamento náutico, bem como regulamentar o gerenciamento costeiro e o Projeto Orla do Município, fomentando-se a economia do mar;
- 8) Criar Políticas Públicas de manutenção e incentivo a novos investimentos em equipamentos turísticos em parceria com a iniciativa privada, bem como ao estímulo da cultura e dos costumes do município;



- 9) Dar início aos estudos preliminares necessários para implantação de concessões das Unidades de Conservação Municipais, de acordo com a Lei nº 11.284/2006, no objetivo de desenvolver novos produtos turísticos de forma legal;
- 10) Dotar a Superintendência de Turismo com orçamento específico para a promoção Turística nacional e internacionalmente;

5.3.2. Propostas para a Gastronomia:

No mesmo sentido, o setor de Bares e Restaurantes, através da representação ABRASEL de Santa Catarina que tem como missão representar e desenvolver o setor de alimentação fora do lar (AFL), facilitando o empreendedor e melhorando a qualidade de vida no País destaca com pertinência a visão necessária para o segmento e suas transversais.

O setor de alimentação fora do lar representa 5% do PIB e gera mais de 100 mil empregos em Santa Catarina através das 15 mil empresas que atuam neste importante segmento da nossa economia e que é um dos maiores geradores de emprego do País. A pandemia do Covid-19 impactou profundamente o setor, gerando o fechamento de mais de 20% das empresas e a perda de 31% dos postos de trabalho.

- 1) Desenvolver e implementar Planos especiais para a retomada do Desenvolvimento Econômico do setor gastronômico de Florianópolis, compostos por: Plano de manutenção de empresas e empregos para o segmento de alimentação fora do lar, Plano para simplificação e desburocratização na abertura e funcionamento de bares, restaurantes e similares, incluindo o uso de espaços públicos, e, um Plano de combate ao comércio clandestino, ilegal e informal e ambulantes irregulares;
- 2) Apoiar e manter o título de “*Cidade UNESCO da Gastronomia*”, priorizando políticas públicas de fomento e qualificação de toda a cadeia produtiva da gastronomia (alimentação e bebidas).

5.5. SAÚDE E BEM VIVER

O macro eixo de Saúde e Bem Viver se baseia em oportunidades nacionais e internacionais, conectadas à realidade de Florianópolis, onde as cidades que se destacam no tema saúde e bem viver alteraram o olhar de “cuidar do doente” para “cuidar das pessoas, empresas, comunidades e da cidade”.

Este é o conceito de saúde ampla em uma cidade saudável, pois as referências em saúde e bem viver priorizam ter políticas e estratégias para fortalecer o sistema de saúde, cuidar da qualidade de vida e alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Florianópolis tem que melhorar seus indicadores compatíveis com os ODS's, uma vez que, segundo o IDMS, Florianópolis deve atuar em atenção básica de saúde, com destaque para os baixos resultados em cobertura de vacina da população (52%),

atendimento à população pelos agentes comunitários de saúde (46%) e atendimento por equipes de saúde bucal (38%).

A capital catarinense deve utilizar sua vocação tecnológica para se tornar um HUB de Saúde e Bem Viver de referência internacional, assim como os benchmarks mundiais, considerando que os hábitos dos clientes mudaram com o COVID-19, facilitando a incorporação tecnológica no setor e trazendo maior preocupação com a saúde.

1. Articular com o poder público e organizações da sociedade civil a melhoria de temas críticos para a cidade (saneamento, mobilidade, desigualdades e atenção básica a saúde);
2. Implantar uma governança colaborativa entre público e privado para orientar e dar diretrizes de desenvolvimento da cidade e combate ao covid;
3. Estruturar Protocolos de Reabertura e Segurança Epidemiológicas claros e aplicáveis para empresas;
4. Estruturar Programa de Vacinação para o COVID-19;
5. Articular incentivos fiscais e tributários para a sobrevivência dos negócios do segmento;
6. Municipalização e Privatização do Sistema de Tratamento de Água Potável e Esgotamento Sanitário para Florianópolis e Região com um grande Plano de universalização do serviço;
7. Avançar com a construção do Emissário Submarino do Campeche – ora em discussão - como uma solução real e viável, com aplicação da técnica disponível e alinhada e compatível para a região da costa leste da ilha de Florianópolis, operada por de gestão independente, transparente e por empresa privada;
8. Regulamentar no âmbito Municipal a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

5.6. EDUCAÇÃO

A pergunta que surge ao se pensar em desenvolvimento é: “O que é ser referência em educação?”. O Sistema de educação básica prepara as crianças para o futuro com as competências que são necessárias para o hoje e o amanhã.

Assim, as Políticas Públicas são caracterizadas por priorização da universalização do acesso à escola, pois há uma vontade política que privilegia e valoriza a educação. Contudo, há políticas para a melhoria da formação dos professores e das condições em que exercem sua profissão, pois o serviço educacional supre a necessidade de preparação para a cidadania, dando aos estudantes a instrução que lhes permita participar, tanto como eleitores, quanto como usuários dos serviços oferecidos pela sociedade moderna.

Todos os níveis educacionais funcionam como combustível para a geração de oportunidades, permitindo o crescimento a partir de indústrias intensivas em capital intelectual, como as de tecnologia, comunicação, saúde e financeira.



1. Implementar canais de comunicação com *stakeholders* chave;
2. Implementar Programa de Escola Segura, organizando e Incorporando Protocolos de Segurança Epidemiológica para retorno seguro às atividades na cadeia de educação em face a boas práticas nacionais e internacionais;
3. Definir as responsabilidades do docente e família dentro do processo de ensino a distância para orientar sobre a influência dentro do ambiente para a qualidade de ensino;
4. Estruturar Programa de melhorar da experiência do aluno com o ensino à distância (jornada do usuário);
5. Estruturar e Implementar Programa para capacitação de professores e alunos em multiplataforma (Redes sociais/Mídia tradicional/Meios digitais);
6. Utilizar mídias digitais e tradicionais para ensino e divulgação de informação para a comunidade educativa da rede pública/privada. (TV Câmara por exemplo);
7. Fomentar infraestrutura e tecnologia para a eficácia do "Ensino Híbrido/Remoto";
8. Estruturar novas formas de aprendizagem e avaliação dos alunos pós pandemia, sobretudo gameificação, aprendizagem lúdica, programas de recompensa e educação empreendedora.

Reputamos que as propostas relacionadas acima estão numa proporção estratégica distribuídas em cinco macro eixos econômicos, cujos detalhamentos de cada uma dessas propostas compõem o Pacto Floripa ou os documentos propositivos de cada entidade signatária deste.

Ao findarmos este rol de propostas, constituídas no mais elevado senso de espírito público e baseado em estudos e percepções nas principais cidades mundiais que apontam para a retomada do desenvolvimento e a referencialidade das melhores práticas de governança e gestão públicas associadas às iniciativas privadas daqueles que geram a efetiva riqueza de uma nação, entendemos ser a contribuição mais pertinente da sociedade civil organizada, no exercício de sua representação, a quem a iniciativa de produzir recai as ações de todos os dias para a geração de emprego e renda.

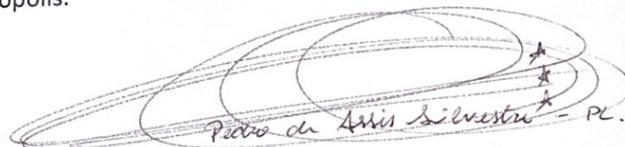
Esperamos sincera e respeitosamente que o compromisso ora assumido, associado a concretude do verbo na ação das propostas aqui dispostas, nos permita uma Florianópolis colaborativa, construtiva e coletivamente empreendida por indivíduos aplicados em fazê-la tão grande como é a sua essência.



6. DO COMPROMISSO

Eu, Pedro de Assis Silvestre, candidato ao cargo de Prefeito, no município de Florianópolis, firmo o presente **COMPROMISSO**, perante o colegiado das entidades signatárias desta proposta, em que cumprirei e farei cumprir, assim como prioritariamente dedicarei esforços no sentido de aplicar as práticas de minha gestão ou mandato pelo cumprimento das mencionadas propostas e, ou, ampliando-as para o melhor atendimento aos anseios do efetivo desenvolvimento econômico e social de Florianópolis.

Florianópolis, SC, 27 de outubro de 2020.



(nome do candidato)
(nome da Coligação ou partido político)

Organizações Signatárias:

1. Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/SC
2. Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Seção de Santa Catarina - ABRASEL/SC
3. Associação Brasileira de Empresas de Eventos em Santa Catarina – ABEOC-SC
4. Associação Catarinense de Engenheiros
5. Associação Catarinense de Tecnologia – ACATE
6. Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil em Santa Catarina – ADVB-SC
7. Associação Empresarial de Florianópolis - ACIF
8. Associação Empresarial de Florianópolis - ACIF
9. Associação Náutica Brasileira – ACTMAR/SC
10. Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis – CDL
11. Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis – COMDES
12. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC
13. Fórum de Turismo da Grande Florianópolis – FORTUR
14. Federação dos Convention & Visitors Bureau de Santa Catarina
15. Instituto dos Advogados de Santa Catarina – IASC
16. Movimento Floripa Amanhã
17. Movimento Floripa Sustentável
18. Sindicato das Empresas de Contabilidade da Grande Florianópolis – SESCON-GF
19. Sindicato das Empresas de Informática da Grande Florianópolis – SEINFLO
20. Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina – SINDIMOVEIS-SC
21. Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina – SENGE-SC
22. Sindicato Intermunicipal das Empresas de Estabelecimentos de Garagens, Estacionamentos, Limpeza e Conservação de Veículos de Santa Catarina – SINDEPARK-SC

